

# EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO DE CAMPO NA TERRA INDÍGENA XABRIABÁ: HISTÓRIAS VIVENCIADAS NAS ORALIDADES E REPRESENTAÇÕES DA CARTA DE “DOAÇÃO” DE 1728, ESPACIALIDADES E DIREITOS<sup>1</sup>

Edith Maria Maia Simões<sup>2</sup>  
Vanessa Ferreira dos Santos<sup>3</sup>  
Cássio Alexandre da Silva<sup>4</sup>

## RESUMO

Este estudo teve origem a partir de pesquisa de campo conduzida por membros do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Rural (NEPGeR) da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Os pesquisadores participaram de uma Reunião Ordinária do Conselho do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu, que ocorreu na Aldeia Itapicuru, pertencente ao território indígena Xakriabá. Durante essa experiência de campo, emergiu uma compreensão mais profunda da história e lutas dos povos indígenas. O Cacique Domingues contextualizou a história da aldeia, destacando eventos como a chacina e a Carta de Doação de 1728. Esse estudo destaca a relevância do trabalho de campo na pesquisa geográfica, enfatizando as informações adquiridas durante essa imersão na realidade local.

**Palavras-chave:** Xakriabá, Trabalho de Campo, Pesquisa.

## ABSTRACT

This article started from a field research conducted by members of the Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Rural (NEPGeR), from Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). The researchers joined a meeting initiated by the Conselho do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu, which happened in Aldeia Itapicuru, which itself belongs to the Xakriabá indigenous territory. This field research allowed for a better and deeper comprehension of the hardships that indigenous people face in Brazil. The Chief Domingues contextualized his village's history, emphasizing events such as the slaughter they suffered, and the Carta de Doação of 1728. This article highlights the importance of field research on the geographical research as a whole, emphasizing the information acquired during the immersion into the local people's reality.

**Keywords:** Xakriabá; Field research; Research.

---

<sup>1</sup> Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Geografia Bacharelado da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, [edithmaria607@gmail.com](mailto:edithmaria607@gmail.com);

<sup>3</sup> Graduanda pelo Curso de Geografia Bacharelado da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, [santosdosferreiravanessa@gmail.com](mailto:santosdosferreiravanessa@gmail.com);

<sup>4</sup> Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU; Docente e Pesquisador do PPGEO\NEPGeR\GEIPI-ABA\UNIMONTES, [cassio.silva@unimontes.br](mailto:cassio.silva@unimontes.br)

## INTRODUÇÃO

No Projeto *“Uma Cartografia Social nas Comunidades Limitrofes da Terra Indígena Xakriabá no Norte de Minas Gerais”* desenvolvido no Núcleo de Pesquisa e Estudo em Geografia Rural - NEPGer e Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo da Universidade Estadual de Montes Claros, foi realizado o trabalho de campo dia 13 de abril, à Terra Indígena Xakriabá-T.I.X-Aldeia Itapecuru, São João das Missões, no norte de Minas Gerais.

Na meta de sensibilização da comunidade diante da proposta da Nova Cartografia Social nos Limites da Terra Indígena-T.I, o objetivo é o de compreender a história e a cultura desse povo e poder representá-la. Neste artigo, os objetivos são, reconhecer as experiências do trabalho de campo; representar oralidades e narrativas e identificar no documento de registro “Carta de Doação” as espacialidades e os direitos.

Metodologicamente o trabalho de campo, permitiu uma imersão na realidade dos Xakriabá e o contato direto com suas tradições, modos de vida, crenças e lutas, o que possibilitou uma compreensão ampliada das potencialidades, direitos e ameaças na T.I.X.

A história do povo Xakriabá é marcada por muitas adversidades, como a colonização, a escravidão, a expulsão de suas terras e a violência por parte do Estado e de fazendeiros locais. Inúmeros momentos de resistência, luta e resiliência, com muitos líderes e lideranças que se destacaram na defesa dos direitos dos povos indígenas.

Além das adversidades históricas relacionadas aos territórios, é necessário reconhecer que os povos indígenas têm um papel fundamental quando falamos de meio ambiente. Muitos grupos mantêm uma conexão profunda com a natureza, as práticas tradicionais são harmoniosas com o meio ambiente contribuindo para a conservação de ecossistemas e a sustentabilidade, sendo assim os territórios indígenas podem ser considerados como unidades de conservação.

O estudo não apenas resgata a história e direitos desses povos, como também oferece ótimas referências sobre a vida do ser humano com a natureza, além de considerar que a cultura, a história e o ambiente facilita na compreensão sobre a complexidade histórica dos povos indígenas.

A pesquisa sobre a história do povo Xakriabá torna-se fundamental para o reconhecimento de sua importância na formação da identidade cultural dos povos originários e para a promoção de seus direitos, dignidade como seres humanos na busca de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

## METODOLOGIA

Apresentaremos a metodologia utilizada para a pesquisa de campo, os instrumentos investigativos e técnicas de coleta de dados, bem como as reflexões e conclusões obtidas a partir da análise das informações coletadas na visita à comunidade Xakriabá. Para Santos

[...] o trabalho de campo, vai além da coleta de dados para o desenvolvimento de uma pesquisa comprometida com a realidade das populações, visto que será também um esforço acurado do pesquisador em lapidar esse diamante, que é a memória das populações em relação ao vivido. Esses procedimentos exigirão dos pesquisadores um respeito radical pelos modos de sentir, pensar e agir e reagir do outro. (SANTOS,1999, p.117).

No trabalho de campo, diante da perspectiva etnográfica, atuamos frente à antropologia, como menciona Roberto Cardoso de Oliveira (2000) “olhar, ouvir e escrever”; para que diante dos dados possamos posicionarmos com uma “interpretação densa”, conforme Geertz (1989). Destacam-se os aspectos a partir da abordagem qualitativa, que privilegia a compreensão e interpretação dos fenômenos sociais à partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos.

Na Reunião Ordinária do Conselho do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu, diante da comunidade na Aldeia Itapicuru, os conselheiros de várias instituições de cunho municipal, estadual e federal, assistiram e ouviram a apresentação do Cacique Domingos em dois momentos. O primeiro fundamentado na oralidade e narrativa do evento conhecido como a chacina de 1987; e o segundo a leitura da Carta de “Doação”, realizada por um indigenista da Fundação Nacional dos Índios-FUNAI.

A narrativa da chacina, é também apresentada na obra literária denominada “*O Tempo passa e a História Fica*” (1997) de autoria de José Nunes de Oliveira, liderança local que já foi prefeito municipal de São João das Missões. Na oralidade apresentada, o fato narrado, recorre a categorias e temas dos direitos humanos, da violência, da espoliação das terras, D-T-R (Desterritorialização - Territorialização e Reterritorialização), dominação de classes, hegemonia e poder.

Diante da leitura da Carta de “Doação”, significados e significantes expressos no documento oficial de época, reconhecemos as representações, espacialidades e direitos já estabelecidos desde 1728. São registrados textualmente vários trechos de elementos e categorias de esfera das

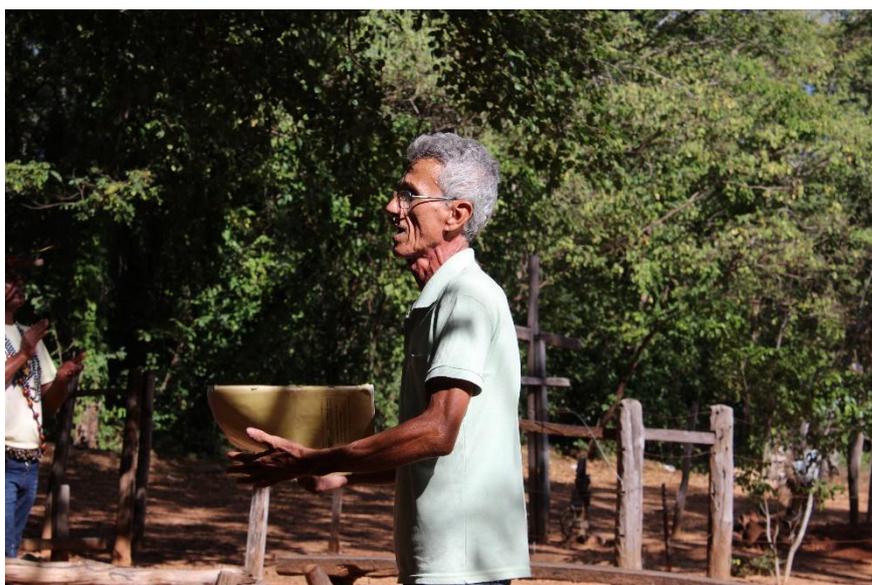


ciências geográficas, sociais, antropológicas, jurídica e biológica. Esses trechos serão base para a interpretação e análise do discurso de época e da atualidade.

A construção de representações sobre o passado, que é imutável, mas que pode ser ressignificado – é uma articulação, quase sempre marcada por disputas e por tensões, pois a memória e o conhecimento histórico podem servir a diferentes senhores. Em outras palavras, não há neutralidade em qualquer forma de abordagem do passado. (DELGADO, 2006, p.56).

Os registros fotográficos, de vídeo e gravação foram realizados no decorrer da reunião. Em conversas informais com lideranças anciãs, juvenil, femininas e professores de cultura pode-se identificar o discurso histórico de memória, resistência e luta da terra. “Pensaremos os sujeitos das pesquisas não mais como meros informantes dos dados necessários para a pesquisa, mas que sejam também reconhecidos como autores, pois a experiência vivida por eles será a principal fonte de interpretação de nossas reflexões”. (NOGUEIRA, 2004, p.210). “É numa interação entre objeto e sujeito, na tentativa de “escapar das armadilhas” metodológicas”, como (SILVA, 2014, p.43).

O trabalho de campo somado às outras técnicas acima citadas tornara a pesquisa completa e fiel aos fatos ocorridos, onde as fontes foram os próprios habitantes do território. A pesquisa é baseada em coleta, análise e interpretação. As fotografias registraram parte da história dos povos indígenas e no caso da pesquisa, tem como objetivo ser uma prova dos acontecimentos que nela contém.



Fonte: Simões, 2023

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

O trabalho de campo é um importante método utilizado pela Geografia, por ser um método esclarecedor, onde o pesquisador terá contato direto com suas fontes a fim de obter resultados fidedignos aos fatos. Para (SERPA, 2006) Para conduzir pesquisas geográficas em campo, é essencial estabelecer conceitos espaciais apropriados para os fenômenos em estudo, sendo imprescindível delimitar cuidadosamente esses conceitos espaciais a fim de permitir a identificação e a visualização dos fenômenos que se almeja investigar e analisar na realidade. O campo nesse mencionado artigo foi o método utilizado para aprofundar na história dos povos indígenas Xakriabá, onde foi possível coletar dados sobre sua história e território.

Guerra (2011) ressalta a importância crucial da terra para os povos indígenas, abordando a necessidade de não apenas preservar, mas, em alguns casos, expandir suas áreas territoriais. Ele destaca sobre a sobrevivência desses povos e a garantia de sustento para as gerações futuras, já que estão intrinsecamente ligadas à posse e gestão de suas terras. O autor observa desafios significativos enfrentados por alguns grupos indígenas cujas terras são inadequadas para garantir a subsistência e são frequentemente invadidas. Assim, ele enfatiza a necessidade de ultrapassar os limites demarcatórios, propondo uma análise das relações sociais, históricas e culturais estabelecidas nas fronteiras de suas terras. Isso implica não apenas no aspecto físico, mas também nas interações sociais, dinâmicas de poder, questões de acesso aos recursos naturais e nos desafios enfrentados por essas comunidades, especialmente quando suas terras estão constantemente ameaçadas. É necessário que os povos e comunidades tenham empoderamento para conduzirem ações políticas para o etnodesenvolvimento ligado às questões territoriais. Isso se deve ao fato de que essas comunidades têm um conhecimento profundo e ancestral sobre seus territórios, recursos naturais e práticas culturais. Capacitá-los a tomar decisões relacionadas à gestão de seus próprios recursos e territórios não apenas respeita seu direito, como também promove a preservação da cultura e do ambiente. Com essa qualificação, os povos podem direcionar o desenvolvimento de maneira sustentável, que leve em conta as necessidades locais e que preserve valores culturais. Além do controle sobre seus recursos naturais, a comunidade participar das decisões políticas faz com que o ambiente se torne inclusivo e democrático.

Em 1728, Januário Cardoso, administrador dos Índios da Missão de São João do Riacho do Itacarambi, “concedeu” terras aos Xakriabá. Essa “doação” inicialmente visava reconhecer o trabalho dos Xakriabá, mas também tinha o propósito de delimitar e confinar o

povo, exercendo controle sobre eles. Em 1856, cerca de seis anos após a promulgação da Lei de Terras, que categoriza como públicas as terras não registradas em cartório, essa “doação” foi oficialmente registrada em Ouro Preto. No entanto, a demarcação efetiva das terras só ocorreu em 1978, seguida pela homologação no ano de 1987. Esse documento tornou-se uma referência crucial de identidade e reconhecimento para a comunidade Xakriabá, sendo citado até os dias atuais por muitos membros da comunidade.

SILVA (2018) apresenta um exemplo elucidativo contido no documento, destacando uma específica limitação do território indígena que evidencia as complexidades associadas à definição e utilização dessas áreas. No cenário mencionado, uma extensa faixa de terra até o rio Peruaçu era tradicionalmente reservada para caçadas e coleta de mel, porém, essa extensão agora está sujeita a contestações. O território indígena foi delimitado e transformado em Terra Indígena (T.I), com marcos e dimensões regulares, uma abordagem que contrasta com as práticas culturais e ancestrais dos povos indígenas.

Essa narrativa ilustra a tensão entre as dimensões legais e burocráticas da demarcação de terras, frequentemente resultando em limitações e contestações, e as práticas culturais e históricas dos povos indígenas, as quais podem não ser completamente refletidas nos limites formais estabelecidos. O conflito persistente destaca a complexidade das questões territoriais e ressalta a necessidade de abordagens que considerem as perspectivas e necessidades de todas as partes envolvidas.

Oliveira (1998) ressalta as complexidades e obstáculos envolvidos no processo de elaboração de laudos periciais para a definição de territórios indígenas. O primeiro ponto abordado refere-se às expectativas ingênuas relacionadas à tentativa de comprovar a "originalidade" de um território indígena por meio de reconstruções históricas. Há uma advertência sobre a dificuldade inerente em estabelecer a posse imemorial, conforme descrito no Estatuto do Índio, especialmente devido à incompletude e falta de confiabilidade da documentação frequentemente utilizada para reconstruir territórios tradicionais. As fontes disponíveis são criticadas por oferecerem dados pouco confiáveis sobre os povos indígenas e suas terras, sendo caracterizadas como inconsistentes e enviesadas por preconceitos em relação aos indígenas.

Outro ponto destacado por Oliveira refere-se à homogeneização de autodenominações de grupos étnicos e aos nomes atribuídos por vizinhos ou inimigos. As mudanças de nomenclatura de referenciais geográficos são identificadas como obstáculos adicionais, dificultando a localização precisa de povos, aldeias e antigas missões e povoados.

O segundo ponto levanta críticas em relação à concepção equivocada do território indígena. Inicialmente, enfatiza a inadequação de tratá-lo como um mero fator de produção ou mercadoria quantificável, alertando para a falta de reconhecimento dessa abordagem em relação à profunda conexão entre um grupo étnico e seu território. Os povos indígenas não podem ser reduzidos à simples categoria de produtores rurais independentes, dada a riqueza de suas tradições culturais e relações simbólicas específicas com o território.

A segunda crítica aborda a associação equivocada entre a ideia de habitat ou território indígena e a crença de que um local específico representa a origem ancestral de um povo indígena, implicando em uma posse imemorial sobre a terra. Essa simplificação é considerada problemática, pois negligencia a complexidade histórica e cultural intrínseca a essa relação.

O autor destaca dois problemas: a tendência de pensar no território indígena como um "habitat" e a associação frequente entre essa ideia e a crença na posse ancestral imemorial. Essas críticas ressaltam a necessidade de abordagens mais sensíveis à cultura e complexas na compreensão do território indígena, evitando interpretações simplistas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O trabalho de campo é uma instrumento fundamental para os geógrafos e contribui para que o conhecimento adquirido em sua forma teórica, seja explícito e verdadeiro sobre o seu objeto de estudo, onde o que foi discutido, se materializa no olhar do geógrafo. Através da Reunião Ordinária do Conselho Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, podemos conhecer de perto a luta dos povos indígenas da Terra Xakriabá-São João das Missões-MG, onde teve uma roda de conversa sobre a história da Terra Indígena, atual situação e visão para o futuro com o Cacique Domingos, Pajé Vicente, Marcelino da Funai, Sr. Rosalvo (liderança da Aldeia Itapicuru), Sr. Belarmino, anciões, lideranças e demais indígenas, professores de cultura, jovens, crianças e representante do Conselho Indigenista Missionário-CIMI.

O tema central da discussão foi a história de luta dos Xakriabá, onde o Cacique Domingos retratou a narrativa de toda a sua trajetória desde criança até os dias de hoje, para poder conseguir a homologação das terras que são direito deles. A narrativa da chacina apresenta fatos da realidade vivenciada pelas lideranças e a família em específico. De maneira simbólica, essa narrativa é presente na oralidade cotidiana, apresentando elementos pertinentes à luta e resistência.

Na roda de conversa, o Cacique conta sobre a chacina de Fevereiro de 1987, conflito entre os indígenas e os fazendeiros onde os invasores achavam que matando os líderes, iriam conseguir tomar posse das terras. Começaram a perseguir todas as lideranças, sendo o principal deles o Cacique Rosalino, pai do Cacique Domingos. Um fazendeiro juntamente com um delegado foi na casa do Cacique Rosalino, onde mapearam toda a casa, com o objetivo de saber onde cada membro da família dormia. No dia 12 de fevereiro as duas horas da madrugada, um grupo de dezesseis pistoleiros invadiram a casa do Cacique Rosalino, assassinando o líder Xakriabá. A partir daí, as lutas dos indígenas nunca acabaram e sempre permanecerão na busca de seus direitos e a homologação das terras.

Após a leitura do documento oficial de “Carta de Doação”, segundo o Cacique, em 1728, Januário Cardoso assinou um documento comprovando que a terra é de direito dos indígenas, onde poderiam trabalhar, caçar, pescar, tirar o mel e que não precisariam invadir as fazendas alheias. Caso desobedecessem o documento, seriam punidos na forma da lei. As terras foram invadidas, retirando o direito dos povos, afastando-os do Rio São Francisco.

O Cacique reafirma que não era o governo que precisava demarcar a terra para eles, mas sim os indígenas demarcarem para aqueles que invadiram o território. Ele contraria mais uma história de quando Januário Cardoso chegou e delimitou o território com os rios, que são o Itacarambi, o Rio São Francisco e o rio Peruaçu. Território esses, já pertencentes ao povo Xakriabá, conforma a Carta de “Doação”. Porém os invasores não reconheceram essa territorialidade, invadindo e ocupando a mesma. Os indígenas foram afastados das margens dos rios e hoje vivem longe do recurso necessário à sobrevivência. Foi proposto em fala a possibilidade da margem do Rio São Francisco voltar a ser considerada e demarcada como do povo Xakriabá com a criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, talvez, com um uso específico para os habitantes originários da região. Diante da sobreposição de terras com as Unidades de Conservação, o povo compreende que deveria haver modificação na legislação, evitando conflitos locais.

É reforçada a necessidade de luta territorial, judicial e social para resgate e reinclusão das margens agricultáveis, pesca, artesanal e reprodução social com qualidade de vida das mais de 33 aldeias pertencentes à Terra Indígena Xakriabá. O Cacique revela que quando reivindica-se o território, o governo pronuncia afirmando que o território está sobrepondo o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. Porém fato é que o parque foi criado posteriormente, conforme o documento existente. Afirma que o parque não prejudica de forma total, mas querem que os

visitantes conheçam o parque e saibam da realidade deles, que os indígenas não chegaram depois do parque, mas que já viviam ali e querem reconhecimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A última parte do trabalho, também é considerada uma das mais importantes, tendo em vista que nesta sessão, deverão ser dedicados alguns apontamentos sobre as principais conclusões da pesquisa e prospecção da sua aplicação empírica para a comunidade científica.

Trechos da narrativa e da “Carta de Doação” são interpretados à luz do seu tempo e na atualidade, enfocando a luta, a resistências, espacialidades e direitos. Também se abre a oportunidade de discussão sobre a necessidade de novas pesquisas no campo de atuação, bem como diálogos com as análises referidas ao longo do resumo.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A Pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STREK, Danilo Romeu (Orgs.). **Pesquisa Participante: O saber da Partilha**. 2ª. ed. Aparecida, São Paulo: Ideias Et Letras, 2006. p. 21-54.

GEERTZ, Clifford. **Interpretações das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC-Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1989.

GUERRA, Emerson Ferreira. GESTÃO TERRITORIAL NA TERRA INDÍGENA XAKRIABÁ E A GEOPOLÍTICA DAS RETOMADAS. Revista Geográfica de América Central, v. 2, Heredia, Costa Rica, p. 1-16, julho-dezembro, 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451744820234>. Acesso em: 04, set 2023.

MG – VIOLÊNCIA CONTRA XAKRIABÁS PREVALECE ATÉ MESMO EM MUNICÍPIO ONDE SÃO MAIORIA, EM MEIO A ASSASSINATOS E OBRAS DE BARRAGEM QUE FAZEM AUMENTAR A SECA. **Mapas de Conflitos**, 2013. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mg-violencia-contra-xakriabas-prevalece-ate-mesmo-em-municipio-onde-sao-maioria-em-meio-a-assassinatos-e-obras-de-barra>. Acesso em: 04, set 2023.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. Uma interpretação Fenomenológica na Geografia. In: SILVA, Aldo A. Dantas da; GALENO, Alex (Orgs.). **Geografia, Ciências do complexus: ensaios transdisciplinares**. Porto Alegre: Sulina, 2004.p.209-236.

OLIVEIRA, João Pacheco (org). Indigenismo e Territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa. 1998. Disponível em: [http://jpoantropologia.com.br/pt/wp-content/uploads/2018/06/indigenismo\\_e\\_territorializacao.pdf](http://jpoantropologia.com.br/pt/wp-content/uploads/2018/06/indigenismo_e_territorializacao.pdf) Acesso em: 04, set 2023.



OLIVEIRA, José Nunes de; OLIVEIRA, Domingos Nunes de. **O tempo passa e a História Fica**. Belo Horizonte: SEE-MG/MEC, 1997, p.34.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do Antropólogo**. 2ª ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo Editora UNESP, 2000

SANTOS, Rosselvelt José. Pesquisa empírica e trabalho de campo: Algumas questões acerca do conhecimento geográfico. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, ano11, n. 21-22, p. 111-125. jan./dez. 1999.

SILVA. Cássio Alexandre da. **A natureza de um território no sertão do Norte de Minas: a ação territorial dos Xakriabá**. Programa de Pós-graduação em Geografia, UFU, 2014. (Tese de doutorado).

SILVA, Cássio Alexandre. et al. TERRA INDÍGENA E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O TERRITÓRIO XAKRIABÁ, NO NORTE DE MINAS GERAIS. Revista Cerrados, v.12, n.1, p.12, 2014. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/download/2978/2970/11232>. Acesso em: 04, set 2023.